

RELATÓRIO DE PESQUISA

# Performações narrativas de mulheres pobres beneficiárias de programas de transferência de renda e as raízes do Brasil

Fábio Fernando LIMA 

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

## RESUMO

Partindo do quadro teórico oferecido pela Análise da Narrativa, este trabalho busca analisar e descrever narrativas advindas de entrevistas geradas pelo pesquisador autor com mulheres negras, pobres, atendidas por programas de transferência de renda, observando especificamente as maneiras e pelas quais essas mulheres performam, organizam e interpretam discursivamente suas condições de beneficiárias de programa socioassistencial, estabelecendo relações com o contexto macro-social. Utilizando a entrevista qualitativa como ferramenta de pesquisa, os resultados apontaram para um vasto emprego de “narrativas breves” (cf. BAMBERG e GEORGAKOPOULOU, 2008), as quais cumpriram especificamente a função retórica de apoiar um determinado ponto argumentativo (especialmente aquele de acordo com o qual o benefício se constitui em uma “ajuda valiosa”). Considerando o “código de honra do ‘dar’ e ‘receber’” (SARTI, 2011), o qual se sobrepõe, nos termos de Sarti (2011), ao entendimento dos direitos universais de cidadania – um traço estrutural da formação histórica brasileira – estabelece-se, nas entrevistas analisadas, por parte das entrevistadas, um universo de obrigações morais centrado no entendimento do benefício social enquanto um complemento do valor do trabalho (*ajuda*), na ausência da totalidade dos recursos para a sobrevivência, evocando o grande sistema de coerência guiado pela virtude católica da caridade. É exatamente desse código moral que deriva a personalização das relações sociais observada nesta pesquisa, reverberando o resultado de estudos empreendidos por Freyre (1980), Holanda (2007) e Da Matta (1986) que apontam para a elaboração de um



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Raquel Freitag (UFS)

AVALIADO POR

- Heliud Luis Maia Moura (UFOPA)

- Ida Lucia Machado (UFMG)

DATAS

- Recebido: 09/03/2022

- Aceito: 15/08/2022

- Publicado: 04/10/2022

COMO CITAR

Lima, F. F. (2022). Performações narrativas de mulheres pobre beneficiárias de programas de transferência de renda e as raízes do Brasil. *Revista da Abralin*, v. 21, n. 1, p. 1-27, 2022.

universo social no Brasil onde as relações capitalistas se entrecruzam com traços escravagistas e clientelistas.

### ABSTRACT

Starting from the theoretical framework offered by the Narrative Analysis, this work seeks to analyze and describe narratives arising from interviews generated by the author researcher with poor black women, assisted by cash transfer programs, specifically observing the ways and in which these women perform, organize and interpret discursively their conditions as beneficiaries of a social assistance program, establishing relationships with the macro-social context. Using the qualitative interview as a research tool, the results pointed to a wide use of “brief narratives” (cf. BAMBERG and GEORGAKOPOULOU, 2008), which specifically fulfilled the rhetorical function of supporting a certain argumentative point (especially the one according to which the benefit constitutes a “valuable help”). Considering the “code of honor of 'giving' and 'receiving'” (SARTI, 2011), which overlaps, in the terms of Sarti (2011), the understanding of universal citizenship rights - a structural feature of the Brazilian historical formation - It is established, in the interviews analyzed, by the interviewees, a universe of moral obligations centered on the understanding of the social benefit as a complement to the value of work (help), in the absence of all resources for survival, evoking the great system of consistency guided by the Catholic virtue of charity. It is precisely from this moral code that the personalization of social relations observed in this research derives, echoing the results of studies undertaken by Freyre (1980), Holanda (2007) and Da Matta (1986) that point to the elaboration of a social universe in the Brazil where capitalist relations intersect with slavery and clientelist traits.

### PALAVRAS-CHAVE

Análise da Narrativa. Programas de transferência de renda. Estudos Brasileiros.

### KEYWORDS

Narrative Analysis. Income transfer programs. Brazilian Studies.

## Introdução

A presente pesquisa, de inspiração etnográfica, foi concebida a partir do entrecruzamento de experiências profissionais do autor desta pesquisa, especificamente enquanto pesquisador em Análise da Narrativa e coordenador e gestor de assistência social em um pequeno município estabelecido no Noroeste Paulista. Durante o período compreendido entre os anos de 2013 a 2016, o pesquisador envolvia-se em interações com mulheres negras, pobres, beneficiárias de programas socioassistenciais governamentais, vivendo em condições precárias de trabalho e, muitas vezes, de moradia, e ouvia diversos relatos trazidos por muitas dessas mulheres. A construção identitária que emanava dessas narrativas, o alinhamento ou desalinhamento em relação às posições hegemônicas atinentes tanto à questão do benefício social em si mesmo, em um sentido mais restrito, quanto às questões de “classe social”, “gênero” e “raça” nas narrativas construídas ao longo de cada interação, em um sentido mais amplo, foram despertando o interesse por uma análise mais profunda acerca desses aspectos.

Acrescente-se que, no período mencionado acima, como condicionalidade para o recebimento dos benefícios sociais governamentais em questão – a saber, o “Bolsa Família”, do Governo Federal, e o “Renda Cidadã”, do Governo do Estado de São Paulo – havia uma reunião mensal socioeducativa, ora conduzida pelo pesquisador em questão, ora por palestrantes convidados, sempre acompanhada de perto pelo pesquisador. Partindo de concepção de pobreza tanto de cunho econômico, enquanto exploração do trabalho pelo capital, quanto de cunho político, enquanto ausência de reconhecimento de direitos, o objetivo dessas reuniões era de fortalecer, nesses beneficiários, a autonomia, aqui entendida enquanto protagonismo, participação e questionamento crítico, buscando incutir nesses sujeitos a consciência do direito e o exercício pleno da cidadania.

Nesse contexto, o pesquisador realizou posteriormente entrevistas etnográficas com nove dessas mulheres ora atendidas, durante os meses de março e abril de 2018, já no contexto do envolvimento do pesquisador com a pesquisa em narrativa, sendo que quatro dessas entrevistas virão a compor o material a ser analisado neste artigo.

Considerando os atravessamentos que envolvem o material em análise, destacamos desde já que nos ancoramos na posição assumida pelas teorias interseccionais de gênero (cf. COLLINS e BILGE, 2016), caracterizadas por considerar que o sujeito social é constituído sócio-histórica e discursivamente a partir da integração entre gênero, classe social, raça, nível de escolaridade, etc. Nesse contexto, Collins (2019) faz uso do conceito de “matriz de dominação” para refletir sobre a intersecção das desigualdades; de acordo com esse conceito, uma mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. Assim, seria no entrecruzamento entre “gênero”, “raça”, “classe social”, “geração”, sem predominância de algum elemento sobre outro, que experiências das diferentes formas de “ser mulher” e “ser pobre” estariam assentadas.

Esses aspectos são fundamentais para analisarmos a partir de qual “lugar de fala” (cf. RIBEIRO, 2017) enunciam nossas entrevistadas, a cada momento refletindo tais atravessamentos: “ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de

fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 34).

Diferentemente das entrevistadas, o autor desta pesquisa enuncia a partir de outra interseccionalidade e, por conseguinte, outro lugar de fala: coordenador, entrevistador, branco, de classe média. Dessa maneira, a pesquisa apresentada neste artigo apenas lê e analisa as narrativas construídas a partir das intersecções que constituem a fala das entrevistadas, não pretendendo – de forma alguma – enunciar a partir do lugar de fala dessas entrevistadas.

Mediante a análise das narrativas que emergiram nessas entrevistas, perseguimos objetivamente a **finalidade** deste estudo, propriamente a de observar as maneiras pelas quais essas mulheres constroem suas identidades e operam discursivamente com determinados aspectos normativos instituídos socialmente acerca do atravessamento “classe social” (em articulação com outros atravessamentos, como “gênero”), particularmente as categorias pelas quais essas beneficiárias performam, organizam e interpretam discursivamente suas condições de *beneficiárias de programa de transferência de renda*, estabelecendo relações com o contexto macro-contextual ou sócio-histórico. Nesse sentido, avaliamos as maneiras pelas quais os estereótipos acerca dessa condição em que se encontram são aceitos ou rejeitados pelas narradoras, quais recorrências ou resistências estão presentes e as maneiras pelas quais as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade, tais como os que associam “pobreza” à “preguiça” e, portanto, “superação da pobreza” a “esforço meritocrático individual” e “benefício social” à alcunha de “desperdício de dinheiro público”.

Ao realizar uma atividade de “escuta” e “ouvir-se escutando” a voz de um grupo historicamente silenciado, este trabalho também busca se colocar como um contraponto ao momento político que estamos vivendo no Brasil, referendado por um projeto (des)democratizante, fundamental para que o neoliberalismo se concretize, e materializado pela sustentação do patriarcado branco hegemônico de classe média-alta que garante o quadro das desigualdades e dos privilégios. Faz parte do referido processo uma atitude negacionista frente aos problemas sociais no Brasil, alegando sua “criação” pelos governos de centro-esquerda que antecederam o atual governo e à própria promulgação da Constituição de 1988.

Em verdade, o rótulo de “superioridade” reivindicado pelo patriarcado branco é uma das estratégias de manutenção hegemônica de sua superioridade social, ao pressupor os demais como inferiores, imprimindo, assim, marcas na auto-imagem destes últimos, enfraquecendo-os e os desarmando, o que contribui para a sua dominação. Por isso mesmo, pesquisas sob este enfoque “quebram” o pacto de silêncio e problematizam a sistemática das relações sociais no nosso país.

Nesse sentido, podemos também dizer que este trabalho encampa o compromisso social e político que ecoa na proposta programática para a Linguística Aplicada Crítica contemporânea (cf. MOITA LOPES, 2001, 2006), debruçada sobre a linguagem e sua relação com a vida social. Ao defender que o significado é construído na alteridade, “co-construído pela ação em conjunto de participantes discursivos em práticas discursivas, situadas na história, na cultura e na instituição” – ideia central do socioconstrucionismo propriamente dito – o que “ressalta as contingências culturais,

históricas e institucionais que atuam sobre a ação discursiva”, Moita Lopes (2001, p. 58) entende que o discurso é constitutivo da vida social. A compreensão do discurso como co-construção social implica apreendê-lo enquanto ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social. Estudar o discurso nessa perspectiva é examinar seus efeitos sociais nas práticas discursivas em que agem os interlocutores.

Para Bastos e Biar (2015, p. 102), o projeto construcionista “conceberia a ideia de validade de acordo com um compromisso ético: as interpretações válidas são aquelas que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas e com a transformação destas (a partir de uma visão aplicada de ciência)”. Assume-se, portanto, um engajamento com práticas contra-hegemônicas de construção do conhecimento que se definem pelo compromisso político com a transformação social, ou mais especificamente com a desnaturalização de “situações de exclusão social em diversas áreas, causadoras de sofrimento humano” (FABRÍCIO, 2006, p. 52), buscando “romper com sentidos históricos viciados”, além de

movimentar o ângulo de observação do centro (isto é, dos países desenvolvidos e dos discursos e epistemes ocidentalistas neles produzidos) para as franjas do sistema globalizado, para as organizações invisíveis, para as periferias, para as formas de ser consideradas subalternas ou inferiores (FABRÍCIO, 2006, p. 51).

É em função deste propósito que este campo de estudos faz escolhas metodológicas com o intuito de privilegiar vozes tradicionalmente silenciadas.

## 1. Análise da Narrativa e a questão das identidades

Contemporaneamente, muitos pesquisadores nas ciências humanas em geral têm compreendido a narrativa como a forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual se pode estudar a vida social. Para autores como Sarbin (1986), a narrativa pode ser considerada como um artifício organizador que re-situa a construção do “eu” como um fenômeno social (a maneira como nos construímos no mundo social), integrando cultura e discurso na interpretação da sociedade. De acordo com Biar, Orton e Bastos (2021), ao narrar, os narradores vão dando forma ao mundo social, à medida que o escrevem, o discutem e o contestam.

Nesse sentido, as pesquisas elaboradas nesta área inscrevem-se no âmbito da mirada socioconstrucionista assumida pela Linguística Aplicada Crítica contemporânea, já que, conforme afirmamos anteriormente, a compreensão do discurso como co-construção social implica apreendê-lo enquanto ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social.

De acordo com Bastos e Biar (2015), a Análise da Narrativa configura-se como uma ferramenta útil ao projeto socioconstrucionista na medida em que:

(i) promove diálogo entre múltiplas áreas do saber; (ii) se debruça sobre a fala dos mais diversos atores sociais, nos mais diversos contextos; (iii) reverbera entendimento do discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade; (iv) nega a possibilidade de se delinear as identidades estereotipadamente, como instituições pré-formadas, atentando para os modos como os atores sociais se constroem para fins locais de performance (...) e (v) avança no entendimento sobre os modos como as práticas narrativas orientam, nos níveis situados de interação, os processos de resistência e reformulação identitária (BASTOS e BIAR, 2015, p. 102-103).

De modo análogo ao evocado por esta pesquisa, ao lado do viés epistemológico, as pesquisas em narrativa – sobretudo no grupo de pesquisa “Narrativa e Interação Social” (NAVIS), do qual o autor deste trabalho toma parte – têm assumido o mesmo compromisso social e político encampado pela Linguística Aplicada Crítica contemporânea, privilegiando reflexões contra-hegemônicas capazes de garantir visibilidade a grupos excluídos socialmente e sustentar a luta por justiça social. Afinal, se, como já propusemos, consideramos a visibilidade ampliada das pautas de grupos marginalizados um dos objetivos da pesquisa social, a urgência em focalizar as vozes advindas desses grupos, envolvendo-as mais ativamente na construção da pesquisa, torna-se fundamental para provocar uma reflexão conjunta a partir da (re)interpretação de suas experiências, mediadas pela narrativa.

As primeiras pesquisas sobre narrativa, aliás, foram elaboradas por Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972), assentadas em uma concepção de narrativa enquanto um método de se recapitular experiências passadas. Nas palavras de Labov (1972), “a narrativa será considerada (...) uma técnica para construir unidades narrativas que correspondem à sequência temporal daquela experiência” (p. 37).

Labov (1972) apresenta uma proposta de estruturação de narrativas bem formadas, composta basicamente pelos seguintes itens: 1) “sumário”: resumo inicial, com introdução do assunto e da razão por que a história é contada; 2) “orientação”: identificação de personagens, tempo, lugar e atividades narradas; 3) “ação complicadora”: sequenciação temporal de orações narrativas, em que o narrador efetivamente conta o que aconteceu (de acordo com Labov (1972), se ao menos duas orações no passado estiverem sequencializadas, remetendo a um passado temporal, se está diante de uma narrativa); 4) “avaliação”: explicitação da postura do narrador em relação à narrativa, bem como da razão de ser da narrativa; 5) “resultado”: desfecho da narrativa, em que o narrador revela o que “finalmente aconteceu” (LABOV, 1972, p. 370); 6) “coda”: encerramento do relato com uma síntese, avaliação dos efeitos da história ou retomada do tempo presente.

Segundo Labov, as “avaliações” são responsáveis pelo clima emocional da história e mostram as diversas atitudes do narrador em relação aos eventos que aparecem em sua própria narrativa. Elas apontam, ainda, para o ponto de cada episódio narrado: se figura para apresentar um comportamento bem conceituado socialmente, se aparece para que o narrador tenha a oportunidade de mostrar como mudou ao longo do tempo e agora passou a agir de outra forma, ou se apresenta uma divergência de valores do narrador em relação ao senso comum. Essas “mudanças” emergem, nas histórias de vida, como “quebras de expectativas” (MOITA LOPES, 2001).

Para Bastos (2005), é por meio da “avaliação” que o enunciador encontra espaço para comentar aspectos do que foi narrado, deixando entrever suas crenças, valores, afiliações, posicionamentos

na hierarquia social e qualificações. Por isso mesmo, Biar (2012) afirma que a avaliação se configura, então, “como o aspecto mais fundamental para a construção de identidade” (p. 117).

Para Linde (1997), a avaliação é justamente o momento em que emergem pistas sobre as maneiras pelas quais as narrativas devem ser compreendidas e quais valores morais estão atribuídos aos personagens e eventos narrados. Nesse sentido, de uma maneira mais aberta que aquela observada no modelo canônico de Labov (1972) e Labov e Waletzky (1968), a autora entende, por “avaliação”, “qualquer instanciação produzida pelo falante que tenha sentido social ou indique o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” (LINDE, 1997, p. 152). Amplia-se, portanto, a associação entre avaliação e dimensão moral da narrativa.

Embora esse modelo dito “canônico” continue a influenciar muitas pesquisas na área, as propostas atuais, ditas “não canônicas”, vêm apontando críticas e revisões ao modelo laboviano. Se as narrativas estudadas por Labov constituíam-se de relatos longos, relativamente ininterruptos e conduzidos por eventos passados ou pela história de vida do entrevistado, estudos contemporâneos sobre narrativa vêm ampliando esse trabalho pioneiro, expandindo suas definições formais e passando a incluir a análise de segmentos não-canônicos, compostos por “narrativas breves” (cf. BAMBERG e GEORGAKOPOULOU, 2008).

As narrativas breves são “histórias curtas, com tópicos específicos, organizadas em torno de personagens, cenários e de um enredo” (RIESSMAN, 2001, p. 697), as quais podem se aproximar ou se distanciar mais do modelo laboviano. Podem versar sobre histórias muito recentes ou ainda sobre desdobramento de eventos, encaminhando uma orientação narrativa sobre entendimentos locais e situados dos narradores.

Faz-se imprescindível destacar que, de acordo com Bamberg e Georgakoupoulou (2008), a narração de pequenas histórias cumpre, sobretudo, um trabalho retórico: elas apresentam argumentos, contestam e desafiam outros pontos de vista e geralmente estão sintonizadas a propósitos locais e interpessoais, configurando-se em aspectos do uso situado da linguagem. Ainda segundo os autores, as narrativas breves podem versar sobre pequenos incidentes que podem (ou não) ter realmente acontecido, mencionados para apoiar ou elaborar um determinado ponto argumentativo.

Nesta mesma linha, Schiffrin (1990) sustenta que o ato de se contar uma história, recontar uma experiência vivida, pode frequentemente ter o objetivo de argumentar em favor de uma determinada opinião, de forma objetiva ou subjetiva, à medida que permite ao falante jogar com fatos que são enquadrados dentro de uma realidade reportada, de maneira a contextualizar sua própria posição.

Por fim, de acordo com o estudo socioconstrucionista empreendido por Shi-Xu (2000) (que também versa, dentre outros aspectos, sobre o ato de narrar enquanto recurso argumentativo), os fatos, descritos e/ou narrados, atuam na argumentação como um frame interpretativo para a opinião em questão, amparando a opinião na coletividade cultural, aqui empregada como base de realidade<sup>1</sup>. Nesse sentido, os fatos da realidade social, muitas vezes organizados em formas constituídas

---

<sup>1</sup> Essa noção de argumentação enquanto “base da realidade”, bastante semelhante à de “estruturação do real” desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), será retomada mais a diante.

por pequenas histórias, são usados para sustentar opiniões, fundindo os significados subjetivos e objetivos da argumentação.

## 2. A questão da pobreza e a emergência dos programas de transferência de renda

A questão da pobreza e dos mecanismos entendidos como necessários para superá-la percorreu, ao longo do século XX, um longo caminho no mundo ocidental. Na verdade, a constatação da necessidade de se abordar a questão social, enquanto problema de natureza diversa (sobretudo também enquanto questão política e econômica), guarda profundas relações com a emergência da classe operária resultante da sociedade capitalista e a implementação dos ideais marxistas entre os trabalhadores, vinculado ao conflito entre capital e trabalho. Nesse sentido, os programas de bem-estar social podem ser entendidos enquanto respostas dos governos capitalistas às agitações sociais provocadas pela emergência do marxismo entre os segmentos mais pauperizados. De acordo com Crespo e Gurovitz (2002), três concepções foram desenvolvidas no decorrer do século XX:

sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. O enfoque de sobrevivência, o mais restritivo, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 50. (...) Essa concepção foi adotada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Com a utilização de medidas estatísticas, formulou-se o primeiro modelo de proteção social para o Estado de bem-estar, fundamentando políticas nacionais de assistência e alguns programas. Seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal. A maior crítica que esse enfoque sofreu foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência. Num segundo momento, a partir de 1970, a pobreza tinha a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Configurou-se o enfoque das necessidades básicas, apontando certas exigências de consumo básico de uma família. Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples. A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington” (p. 4-5).

No que diz respeito aos programas de transferência de renda propriamente ditos –temática central deste estudo – podemos afirmar que, de acordo com Maior (2010), foram sendo implantados na Europa gradativamente a partir de 1930, embora tenham ganhado visibilidade apenas na década

de 1980, quando foram apresentados como resposta ao empobrecimento e desemprego enfrentados pela população de diferentes países diante das transformações sociais e econômicas no mundo do trabalho.

No caso específico do Brasil, de acordo com Ortiz e Camargo (2016, p. 2), as “políticas públicas de transferência de renda têm seu marco inicial em 1930, momento em que o país se encontrava em transição do modelo econômico de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano-industrial e que teve de atender as demandas e necessidades da classe operária emergente”. Duas intervenções governamentais ganham destaque naquele período: a criação do “Sistema de Seguridade Social” por um lado, uma tentativa de cópia do modelo de “estado providência” das políticas de bem-estar social dos países mais ricos da Europa, com a finalidade de atender as camadas mais baixas da população com a garantia de aposentadoria e benefícios securitários e, por outro lado, a criação da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>2</sup>, à luz da qual as ações voltadas ao enfrentamento da pobreza seguiram um marcante viés ideológico, em sintonia com a própria história do desenvolvimento do trabalho social no Brasil: as ações da LBA são marcadas por traços clientelistas, assistemáticos, conservadores, com “programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito” (COUTO, 2006, p. 71).

Ao se tornarem beneficiários dessas ações, cobertas pelas obras de caridade, reforça-se o processo de exclusão, à medida que tais ações passam a ser entendidas enquanto “favor” prestado pelas classes dominantes às classes subalternas. Temos o embrião da origem da associação estereotipada responsável por associar “benefício social” à “dependência” e o fortalecimento da posição ideológica responsável por associar “pobreza” à “preguiça”.

Com o fortalecimento dos movimentos sociais e a intervenção da Igreja Católica e dos sindicatos, na década de 1980, esboça-se um programa de ação em que constava o atendimento das demandas sociais por participação política das classes subalternizadas e universalização de direitos. Fruto dessa articulação, caracterizada pela imbricação entre a política partidária e os movimentos sociais, esses dispositivos foram inseridos sob a forma de cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988, o que assegurou avanço significativo nos direitos sociais e cidadania regulada. Na verdade, a Constituição de 1988 passa a definir que Seguridade Social está assentada em um tripé, entendidos enquanto **direito** de acesso a todo cidadão brasileiro: a Política de Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social.

Em 1993, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentando esse aspecto da Constituição e estabelecendo normas e critérios objetivos para organização da assistência social. Esse arcabouço legal vem sendo aprimorado constantemente, a partir da definição do governo de estabelecer uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais.

---

2 A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o final da guerra, tornou-se um órgão de assistência as famílias necessitadas em geral. A LBA era presidida pelas primeiras-damas. De acordo com Sposati (2002), a LBA constituiu-se, no Brasil de então, em ator principal na formulação e implantação de políticas e programas sociais de cunho assistencialista, com grande abrangência territorial e marcadas pela flutuação entre a concessão de benefícios e o puro assistencialismo, como formas de conter as consequências da pauperização das classes populares ou subalternas.

Dentre as iniciativas, destaca-se a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, como um mecanismo que permite interromper a fragmentação que até então marcou os programas do setor e instituir, efetivamente, as políticas públicas da área e a transformação efetiva da assistência em direito.

Antes da aprovação da LOAS, no entanto, ainda no contexto pós-Constituição de 1988, o debate sobre programas de transferência de renda ocupou a pauta do Congresso Nacional, sendo aprovado, no Senado Federal, em 1991, o “Programa de Garantia de Renda Mínima” (PGRM) (Cf. SUPPLY 2002).

No entanto, nos debates que sucederam, no Congresso Nacional, a aprovação do PGRM, venceu a posição daqueles que defendiam a focalização dos programas de transferência de renda exclusivamente nos segmentos mais pauperizados da população brasileira, em detrimento do universalismo defendido pelo PGRM, o qual propunha destinar a todos os brasileiros residentes no país, maiores de vinte e cinco anos, uma renda correspondente a 2,25 salários mínimos.

Nesse momento, debateu-se ainda a importância de que a concessão do benefício social fosse articulada à educação, através da proposta de transferência monetária de um determinado valor a toda família, de comprovada baixa renda, que mantivesse seus filhos e/ou dependentes, de 7 a 14 anos de idade, matriculados e frequentando a escola pública. “Dessa maneira, buscava-se amenizar a pobreza e proporcionar formação educacional como forma de romper o ciclo da pobreza, ou seja, com uma associação de política compensatória (transferência de renda) com uma política estruturante (educação)” (ORTIZ e CAMARGO, 2016, p. 3). Têm-se, portanto, a origem do Programa “Bolsa Escola” no Brasil.

Em 1996, o Governo Federal adotou uma política abrangente de transferência de renda, com a criação do “Programa de Erradicação de Trabalho Infantil” (PETI) e a implementação do “Benefício de Prestação Continuada” (BPC), previsto pela LOAS. Em 2001, houve uma expansão de programas sociais de transferência de renda, baseados no programa nacional “Bolsa Escola”, em conjunto com o “Bolsa Alimentação” e outros programas implementados nos anos subsequentes. Em 2004, por fim, por força da Lei nº. 10.836/2004, os programas sociais pré-existent “Bolsa Escola”, “Bolsa Alimentação”, “Programa Nacional de Acesso à Alimentação”, “Programa Fome Zero” e “Auxílio Gás” foram unificados sob a égide do “Programa Bolsa Família”.

O “Programa Bolsa Família” assenta-se em três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. Consiste na transferência de renda para famílias em extrema pobreza e tem como principais condições para acesso ao benefício o acompanhamento nutricional, da saúde e da frequência escolar das crianças das famílias atendidas. Aos municípios cabe a responsabilidade de selecionar as famílias e fiscalizar a execução do programa, sobretudo o cumprimento das condicionalidades, além de desenvolver as ações socioeducativas previstas. No caso da execução do programa no município em análise, a participação dos beneficiários em uma reunião mensal de formação socioeducativa também se constituía em condicionalidade para receber o benefício.

Tratando agora especificamente dos programas de transferência de renda criados e mantidos pelo Governo do Estado de São Paulo, de forma muito semelhante ao “Bolsa Escola” e ao “Bolsa Família”, foi lançado, em 1997, o Programa “Complementando a Renda”, que ao lado do “Alimenta São

Paulo”, previa transferência de renda de para famílias de baixa renda *per capita*, com a condição da manutenção, por parte dessas famílias, de suas crianças na escola. Em 2001, esses programas foram unificados sob a égide do Programa “Renda Cidadã”. De acordo com Suplicy (2002, p. 138), o Programa “Renda Cidadã”

propicia aos municípios estabelecerem convênios com o estado de maneira a prover a todas as famílias com renda mensal de até um salário mínimo um complemento de renda (...) desde que suas crianças em idade escolar estejam na escola e aquelas de até 5 anos estejam vacinadas, devendo as famílias participar das atividades socioeducativas<sup>3</sup>. Em caráter de exceção poderão também participar famílias com renda de até dois salários mínimos e com dois ou mais filhos entre zero e 16 anos.

Cumprir destacar, antes de encerrarmos a presente seção, que ao lado do desenvolvimento gradativo das políticas sociais como um todo e dos programas voltados à superação da extrema pobreza em particular, duas grandes linhagens de discursos circulam (e circularam) na sociedade – discursos que podemos dizer, nos termos de Gee (2005), “CapitalD Discursos” – assentadas em posições ideológicas antagônicas acerca da questão. O primeiro deles, baseado em uma perspectiva de natureza “progressista/distributivista”, “considera os Programas de Transferências de Renda enquanto mecanismos de redistribuição da riqueza socialmente produzida e como política de complementação aos serviços sociais básicos já existentes e voltada para a inclusão social” (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004, p. 36).

Para esta vertente, a pobreza não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas também como ausência de cidadania e poder. Por isso mesmo, advoga-se em favor de programas que garantam autonomia aos indivíduos, entendendo-se por autonomia, de acordo com o proposto por Habermas (1992), como a capacidade de deliberar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação, tanto na vida privada quanto na pública. Ainda de acordo com o autor, a autonomia é algo conquistado e implica protagonismo, participação, questionamento e diálogo crítico, estando atrelada “aos processos de formulação dos direitos e das políticas sociais, e os indivíduos, enquanto sujeitos do direito, só conseguirão autonomia se entenderem a si mesmos e agirem como autores dos direitos aos quais desejam submeter-se como destinatários” (HABERMAS, 1992, p. 159-160).

Por outro lado, uma outra parcela, que aqui convencionamos chamar “conservadora”, resiste bravamente às políticas de transferência de renda. Para esses setores (em geral os mais privilegiados da sociedade brasileira), o mercado, por si só, se fortalecido, teria a capacidade de proporcionar a superação da pobreza, transformando, dessa maneira, os *pobres* em *trabalhadores bem-sucedidos* (algo muito próximo do pensamento neoliberal contemporâneo que sustenta o “Consenso de Washington”). Abarca, ainda, uma visão meritocrática sobre cada um desses indivíduos – afinal, segundo essa óptica, bastaria ter uma “vontade” para superar a condição de pobreza<sup>4</sup>, atrelando, por

<sup>3</sup> De forma análoga ao que foi dito em relação ao “Bolsa Família”, o caso da execução do Programa “Renda Cidadã” no município em análise também previa, como condicionalidade, a participação dos beneficiários em uma reunião mensal de formação, concebida pelos gestores como atividade socioeducativa.

<sup>4</sup> De forma análoga ao que afirmamos na página 9, esses segmentos costumam estabelecer uma associação estereotipada entre “pobreza” e “preguiça”.

consequente, ao benefício social, a alcunha de “desperdício de dinheiro público”. Assim, não haveria fundamento para se estabelecer a proteção social enquanto direito: de uma forma muito próxima à ideia de “favor”, entende-se que o Estado Brasileiro estaria beneficiando monetariamente esses segmentos para garanti-los sob uma espécie de “cabresto”, recebendo, em contrapartida, os políticos que os formulam e executam, o benefício do voto. Conforme bem aponta Oliveira (1997, p. 32)

esses setores expressam uma subjetividade antipública que segrega e elabora (...) uma ideologia anti-estatal, fundada na ideia da dilapidação financeira do estado e na imagem do estado devedor. Nesse sentido, os direitos sociais e trabalhistas, consolidados a partir da promulgação da Constituição de 1988, período em que assistência social deixa para trás seu caráter subsidiário e passa a ser entendida enquanto direito, são transformados em obstáculos ao desenvolvimento econômico do país: a proteção social se transforma em “custo Brasil”.

Um dos objetivos desta pesquisa é justamente o de observar como os sujeitos sociais em análise, beneficiários de programas sociais, performam esses diferentes pontos de vista, tomando (ou não tomando) partido neste embate de natureza ideológica e discursiva.

### 3. Metodologia

Considerando-se que o campo teórico da Análise da Narrativa inscreve-se em uma perspectiva sociointeracional de estudos do discurso, esta pesquisa, por conseguinte, assume uma natureza qualitativa e interpretativista. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17), a pesquisa qualitativa interpretativista constitui-se em uma atividade situada, que busca “entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. Isto é, visa a compreender o mundo social a partir da perspectiva dos próprios atores sociais, com base na forma como significam a si, aos outros e ao mundo. Portanto, ao privilegiar a multiplicidade de valores e significados naturalmente arraigados à investigação e ao objeto analítico, o pesquisador passa a atuar como intérprete dos processos de construção simbólica, que não podem ser medidos em termos quantitativos (Cf. DEZIN e LINCOLN, 2006).

A entrevista qualitativa constitui-se em importante ferramenta da pesquisa interpretativista, principalmente no que tange ao estudo da narrativa, posto que “a análise de como e o que as pessoas narram em entrevistas de pesquisa remete a estruturas socioculturais mais amplas, ao universo social no qual transitam os interactantes” (BASTOS e SANTOS, 2013). De forma análoga, Mishler (1986) defende a entrevista como o método básico de pesquisa nas ciências sociais, sendo uma das ferramentas mais utilizadas em pesquisas nessa área. Além disso, conforme aponta o autor, as entrevistas propiciam a ocorrência de histórias, o que corrobora a decisão por essa ferramenta.

Após a realização das entrevistas, operamos a transcrição dos áudios de acordo com o modelo de transcrição elaborado por Loder (2008), o qual se constitui, em verdade, em uma versão simplificada do modelo de transcrição proposto por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974).

O corpus resultante da transcrição foi analisado a fim de atender aos objetivos preliminares da pesquisa. Após a fase de coleta e geração dos dados, os processos de tratamento e análise do corpus

foram conduzidos com base na perspectiva dialética de análise, que conjuga as abordagensêmica e ética (PIKE, 1954; MARTIN e NAKAYAMA, 2007).

A partir das transcrições, operamos a seleção de fragmentos considerados propícios para as questões que visamos problematizar. Inicialmente, cada texto foi submetido a uma análise qualitativa e interpretativista, visando a descrever as questões de ordem sócio-interacionais que interessam à Análise da Narrativa. Posteriormente, foram elaboradas as devidas relações com o contexto macrosocial ou sócio-histórico.

## 4. Narrativas de mulheres negras atendidas por programas socioassistenciais governamentais

Tratamos, no final da seção anterior, dos embates ideológicos e discursivos que dão forma às questões atreladas às políticas públicas de assistência social no Brasil de forma geral e, de um modo mais particular, aos programas de transferência de renda. Afirmamos, ainda, nosso interesse em observar como as beneficiárias de programas de transferência de renda organizam e interpretam, em suas performances discursivas, os grandes discursos que circunscrevem suas condições, analisando especificamente as maneiras pelas quais as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade.

Nesse sentido, justifica-se nossa opção pela proposta teórica advinda da Análise da Narrativa, já que, de acordo com Biar, Orton e Bastos (2021, p. 233), em suas práticas narrativas, as pessoas:

(i) (re)criam ou sustentam, naturalizam ou desafiam, crenças, valores, identidades, rótulos, categorias sociais e as expectativas a elas atreladas, ordens econômicas e políticas; (ii) organizam, conferindo sequência e coerência as suas experiências de vida; (iii) cultivam relações e negociam suas “ficções identitárias” (FABRÍCIO; BASTOS, 2009) construindo sentido sobre si mesmas; (iv) posicionam-se avaliativamente em relação a personagens, objetos ações narradas; (v) reivindicam pertencimento e exclusão em relação a grupos sociais; (vi) condensam e tomam parte em embates discursivos.

Dentre as nove entrevistas analisadas por esta pesquisa, foram selecionadas, para este trabalho em particular, cinco entrevistas, com mulheres de diferentes faixas etárias: Michele (28 anos), Luíza (32 anos), Fernanda (34 anos), e Zilda<sup>5</sup> (70 anos). Dessa maneira, buscamos observar as variâncias e invariantes que emergiram nas narrativas de mulheres que vivenciaram períodos cronológicos distintos, buscando descrever eventuais traços de mudança e permanência a propósito das diferentes formas semióticas com que a questão de serem destinatárias de programa de transferência de renda, e por conseguinte, o traço performativo “classe social”, atrelado à questão da “pobreza” e do “gênero”, foram experimentados e enunciados.

---

<sup>5</sup> Os nomes são fictícios.

Uma primeira constância – e, portanto, uma primeira generalidade – que emergiu nas entrevistas analisadas foi o fato de a maioria absoluta das narradoras performarem a questão do benefício social nem como um “direito” das quais são destinatárias, nem como um “ônus” para as instâncias governamentais, mas especificamente como uma “ajuda” a elas direcionada. Nesse sentido, ratifica-se a opção epistemológica de se propor observar, em consonância com o que é defendido pela Linguística Aplicada Crítica contemporânea em geral e pelos estudiosos em Análise de Narrativa congregados em torno do grupo de pesquisa “Narrativa e Interação Social”, em particular, do qual este autor tomam parte, a voz de enunciadores advindos de um lugar de fala distinto daqueles que vêm sendo historicamente legitimados. Afinal, ao performarem o benefício como “ajuda”, concretiza-se a irrupção de uma posição distinta daquelas grandes posições que subscrevemos no final da seção anterior. Observe, a esse respeito, os trechos transcritos nos quadros 1 (“Excerto da entrevista com Michele”)⁶ e 2 (“Excerto da entrevista com Fernanda”):

(1)

001 002	Fábio	certo é:: e:: sobre os benefícios sociais assim:: como você vê eles os benefícios [sociais ]
003 004 005 006 007 008 009 010 011	Michele	[ahh é ]pra mim é:: chega- chegou num momento assim muito importante porque a gente tá sem trabalhar porque eu parei eu saí do meu serviço, por por pela doença da minha mãe pra cuidar <u>dela</u> , que não tinha como tinha que estar a todo <u>momento</u> não tinha como você <u>conciliar</u> as duas coisas, e aí você- abando- abandonava tudo eu deixava meus filhos tudo e aí a <u>renda</u> que entrava <u>minha</u> era a que eu comprava tipo as coisas pro meu filho já do marido é- é o <u>aluguel</u> a:: o:: <u>alimento</u> a [ <u>necessidade</u> ]
012	Fábio	[↑OUTRAS necessidades]
013 014 015	Michele	<u>isso</u> e aí então vem no- num onde dá pra você fazer isso pensa assim aí a criança tá precisando de um tênis dá pra você <u>tirar</u> e fazer isso
016	Fábio	muda a [vida ]
017	Michele	[então já] ajuda

QUADRO 1 - Excerto da entrevista com Michele

Fonte: Elaborado pelo autor

(2)

001	Fábio	certo recebe algum beneficio social?
002	Fernanda	recebo o Bolsa Família
003	Fábio	recebe ótimo
004	Fernanda	o Bolsa Família eu recebo
005 006	Fábio	e o que você acha do beneficio social? o Bolsa Família fez diferença na tua vida?
007 008	Fernanda	ahh MUITO porque a Leila ela tem alegria né? ao leite de vaca o que me ajuda muito com o leite
009	Fábio	sei

⁶ Todos os eventos comunicativos foram transcritos de acordo com adaptações do modelo de transcrição elaborado por Loder (2008).

010	Fernanda	alimento dela é tudo quando ela ficou internada precisava comprar um remédio não tinha condições . aí esperando cair AQUELE dinheiro NAQUELE mês pra poder pegar aquele dinheiro e comprar o remédio dela
011		
012		
013		
014	Fábio	e o dinheiro veio?
015	Fernanda	veio graças a Deus ((risos))

QUADRO 2 – Excerto da entrevista com Fernanda

Fonte: Elaborado pelo autor

Cumprir destacar que já nas “orientações” das narrativas em questão pra mim é chegou num momento assim muito importante porque a gente tá sem trabalhar (pela doença da minha mãe), em (1); a Leila ela tem alegria né? ao leite de vaca (em 2); ao “sumário” o que me ajuda muito com o leite, em (2), aliado ao que é narrado nas “ações complicadoras” a gente tá sem trabalhar, saí do meu serviço pela doença da minha mãe pra cuidar dela, eu deixava meus filhos tudo e aí a renda que entrava minha era a que eu comprava tipo as coisas pro meu filho já do marido é o aluguel a necessidade, em (1); ela ficou internada precisava comprar um remédio não tinha condições, em (2)), observamos uma interseccionalidade (cf. COLLINS e BILGE, 2016) entre os atravessamentos “gênero” e “classe social”, à medida que as narradoras se apresentam, desde o início, como mulheres que são mães, pobres e subalternas. De acordo com Sarti (2011), em seu estudo situado no âmbito da Antropologia sobre a moral das classes populares, para essas classes

A distribuição da autoridade na família fundamenta-se (...) nos papéis diferenciados do homem e da mulher. A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou. Outro importante fundamento da autoridade da mulher está no controle do dinheiro, que não tem relação com sua capacidade individual de ganhar dinheiro, mas é uma atribuição do seu papel de dona-de-casa (p. 54).

Ademais, ainda de acordo com a autora, “os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares” (SARTI, 2011, p. 65) (observe o excerto *saí do meu serviço pela doença da minha mãe pra cuidar dela*, em (2)).

Se as “orientações” e “ações complicadoras” instanciam o que foi descrito acima, podemos afirmar ainda que em ambas as narrativas, após a sequência de “ações complicadoras” ora descrita, o benefício social é apresentado como a “resolução” dos problemas enfrentados ((o dinheiro) *veio graças a Deus*, em (1); *dá pra você tirar e fazer isso*, em (2)). Ademais, em conformidade com o que foi informado no início desta seção, ambas as narradoras performam a questão do programa de transferência de renda como uma “ajuda” (observe a “coda” que funciona, também, como “avaliação” em *então já ajuda*, em (1); e o exceto avaliativo *me ajuda muito com o leite*, em (2)).

Ao lado dessa questão, chama a atenção o fato de que, em todas as entrevistas analisadas, a elaboração do ponto de vista sobre os programas sociais serem respondidas mediante narrativas breves, assentadas em trechos que retratam pequenos momentos das histórias de vida das entrevistadas.

Na verdade, ao responderem às perguntas elaboradas pelo entrevistador com essa modalidade de narrativa, atinente a momentos de suas histórias de vida, observamos, por parte das entrevistadas, por um lado, certa “personalização” do ponto de vista que circunscreve suas condições sociais social como um todo. Podemos afirmar que este traço se constitui em uma segunda generalidade da abordagem em questão. Nesse sentido, esta análise ecoa aquilo que foi avocado por Holanda (2007) ao buscar as “raízes do Brasil”: de acordo com o autor, um traço característico do povo português que parece ter ajudado a formar o povo brasileiro é a “personalização” das relações, assentada na ideia de que haveria, já para os portugueses, “certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal” (p. 137). Da Matta (1997) confirma isso ao lembrar que, “no mundo social brasileiro, o que sempre se espera em qualquer situação de conflito ou disputa é o ritual do reconhecimento, que humaniza e **personaliza**<sup>7</sup> as situações formais, ajudando todos a hierarquizar as pessoas implicadas na situação” (p. 80). Nesse sentido, segundo o autor, uma das principais formas de estabelecer essas hierarquias e mostrar que aqui opera a regra de que cada um tem o seu lugar na sociedade é através da transformação de indivíduos em pessoas, buscando intimidade. Sendo assim, “a pessoa é importante porque pertence a uma família e tem compadres e amigos. É a relação que ajuda a defini-la como ser humano e como entidade social significativa” (DA MATTA, 1986, p. 45).

No entanto, uma grande questão que fica subjacente a essa “personalização”, na ótica de Schwarz (2000), é o fato de que o indivíduo “personalizado” pode se valer de relações com outras pessoas – e, nesse sentido, não com instituições propriamente ditas – possibilitando, assim, que suas demandas concretizadas sob a forma de “jeitinho” ou “favor” (Cf. BARBOSA, 2006).

No que tange à estruturação dessas narrativas propriamente dita, podemos afirmar que estamos diante de narrativas breves (Cf. BAMBERG e GEORGAKOPOULOU, 2008), as quais cumprem uma função retórica, propriamente a de argumentar em favor de uma determinada opinião, jogando com **fatos**<sup>8</sup> enquadrados dentro de uma realidade reportada.

Nos termos empregados pela “Nova Retórica” desenvolvida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), podemos afirmar que essas narrativas funcionam com argumentos baseados na “estrutura do real”<sup>9</sup>, fundamentando essa estruturação do real pelo recurso ao “caso particular” – no caso, “a argumentação pelo exemplo”<sup>10</sup>.

---

<sup>7</sup> Grifos nossos.

<sup>8</sup> Idem à nota anterior.

<sup>9</sup> Os argumentos baseados na estrutura do real são aqueles que se valem da relação mais ou menos estreita existente eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas para instaurar uma solidariedade entre juízos estabelecidos e outros que se procura promover. Apesar de serem classificados conforme as estruturas do real às quais se aplicam e de poderem ser encontrados no uso comum, não se trata, como esclarecem Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), de descrições objetivas do real, mas “da maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, *op. cit.*, p. 298). São subdivididos entre argumentos que se aplicam a ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas consequências ou a suas causas – argumento pragmático, da direção dentre outros – e argumentos que se aplicam a ligações de coexistência, que unem uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte e, em geral, uma essência a suas manifestações – por exemplo, o argumento de autoridade

Essas estruturas são as mais comuns nas entrevistas em análise, conforme se poderá observar no quadro 3 (“Excerto da entrevista com Zilda”):

(3)

001	Zilda	esse negócio de serviço tem pessoas que não vão tá entendendo? a Mara veio me me chamar aqui eu falei “lógico que eu aceito” tá entendendo? aí quinta-feira eu fui lá fui fazer a limpeza limpei a casa pra ela tá entendendo? aí: me pagou oitenta reais tá entendendo? ↑já tá bom né?
002		
003		
004		
005		
006	Fábio	a senhora está recebendo o Renda alguma coisa?
007	Zilda	tô recebendo o Renda
008	Fábio	tá recebendo o Renda
009	Zilda	é
010	Fábio	e que o que que a senhora acha desses programas?
011	Zilda	ai eu acho que ajuda muito né? você comprar uma misturinha comprar né? alguma coisinha que falta em casa né? vixe olha se não fosse esse benefício da- do Renda e da Bolsa Família olha já já me deu- já me ajudou muito tá entendendo? já ajudou muito agora a pessoa fala “ahh que oitenta reais o que você vai fazer com oitenta reais” ↑TEM dia que você não tem nem UM REAL . NEM DOIS REAIS pra [comprar pão ]
012		
013		
014		
015		
016		
017		
018	Fábio	[já aconteceu] isso?
019	Zilda	vixe já aconteceu isso [comigo]
020	Fábio	[já? ]
021	Zilda	quantas vezes já tá entendendo? [(inaudível)]
022	Fábio	[e o que- como ]assim a senhora se viu sem como que era?
023		
024	Zilda	sem nada assim sem as coisas tá entendendo
025	Fábio	ãmm
026	Zilda	pra comprar uma coisa que você quer comprar alguma coisa já não tem tá entendendo? né? mas graças a Deus que agora a gente já tem esse dinheirinho aí né? já dá pra gente né? tinha vez que não tinha <u>gás</u> precisava comprar né? comprar o <u>gás</u> o dinheirinho que a gente pegava esse dinheirinho aí tá entendendo? já comprava o <u>gás</u>
027		
028		
029		
030		
031		
032	Fábio	ahamm
033	Zilda	tá entendendo? que nem lá na onde que eu morava lá tá entendendo?
034		
035	Fábio	ãmm
036	Zilda	lá era casa de aluguel . da Maria Rosa. aí já não tinha condições da gente pagar o aluguel e a luz, tá entendendo? aí foi a hora que o prefeito pegou e fez casas que deu pra nós né?
037		
038		
039	Fábio	sim
040	Zilda	então então ↑NÃO ERA AQUELA CASA GRANDONA não mas GRAÇAS A DEUS né? a gente tem que agradecer a Deus que Deus deu um cantinho pra gente tá entendendo?
041		
042		
043	Fábio	é [porque não tinha ]
044	Zilda	[tem muito tem muitas] pessoas que não tem nem isso daqui pra morar tá entendendo?
045		
046	Fábio	lógico [claro ]
047	Zilda	[eu agradeço] a Deus que nem ((inaudível)) as pessoas falam “muito pequeno” eu falei não
048		
049	Fábio	[não ]

<sup>10</sup> De acordo com os autores, “seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir estatuto de fato, pelo menos provisoriamente” (p. 402).

050 051	Zilda	[eu prefiro] tanto que eu pedia pra Deus tá entendendo? tanto que eu pedia pra Deus
052	Fábio	sei
053 054	Zilda	“não quero casa grandona” mas a gente né pede pra Deus que não é uma coisa grandona né? tem que pedir uma coisa menor
055	Fábio	é
056 057	Zilda	e desde que você tá dentro de uma casa de um cobertinho você tem que agradecer a Deus
058	Fábio	[isso isso ]
059 060 061 062 063 064	Zilda	[tá entendendo?] porque tem pessoas que não tem nem isso pra morar e você vê tantas pessoas que tá querendo uma casa assim pra morar tá entendendo? não tem condições a gente vê um monte de pessoas passando fome por aí tá entendendo? e tantas coisas que vê que vê que tá acontecendo né? mas graças a Deus que aqui né? Tá bem °graças a Deus°

QUADRO 3 – Excerto da entrevista com Zilda

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma vez mais observamos a performance da questão dos benefícios sociais como uma “ajuda” (observe, a esse respeito, os excertos avaliativos *ai eu acho que ajuda muito né?, já me ajudou muito tá entendendo? já ajudou muito*) e, portanto, a reiteração da primeira generalidade registrada. Novamente nos deparamos também com a segunda generalidade que apontamos anteriormente: a elaboração do ponto de vista sobre os benefícios sociais em forma de narrativas breves, assentadas em trechos que retratam pequenos momentos da história de vida da entrevistada, cumprindo a função de argumentar em favor de uma determinada opinião e de circunscrever essa questão nos termos de uma certa “personalização”.

Vale destacarmos que já na primeira narrativa breve que podemos observar em (3), desenvolvida entre as linhas 1 a 5, podemos observar uma interseccionalidade entre os traços “gênero” e “classe social”: na verdade, o “sumário” esse *negócio de serviço tem pessoas que não vão tá entendendo?*, as “orientações” *a Mara veio me chamar aqui eu falei “lógico que eu aceito” tá entendendo?* seguida das “ações complicadoras” *eu fui lá fui fazer a limpeza limpei a casa pra ela tá entendendo?*, da “resolução” *ai me pagou oitenta reais tá entendendo?* e da “coda avaliativa” *já tá bom né?*, performam uma moral característica das classes populares, assentada, de acordo com Sarti (2011, p. 102) “na disposição da mulher para o trabalho”, “disposição para aceitar qualquer batente”, “porque o significado do seu trabalho remunerado é mediado pelo seu papel de mãe e dona de casa, para suprir o que ela sabe que está faltando”.

Na verdade, de acordo com a autora, os pobres

Definem-se como pobres e trabalhadores, sendo essas duas categorias igualmente importantes para sua localização no universo social. (...) É através do trabalho, então, que demonstram não serem pobres: através da sua honestidade, sua disposição de vencer, tornam-se, por esses atributos, iguais a eles. Vencer aqui não significa ascender socialmente, mas se firmar pelo valor positivo do trabalho. Ao lado da negatividade contida na noção de ser pobre, a noção de ser trabalhador dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho, a partir de uma concepção da ordem do mundo social que requalifica as relações de trabalho sob o capital. (...) O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente (SARTI, 2011, p. 88-89).

Ademais observamos, em diversos trechos da entrevista em questão, a deferência e agradecimento a Deus por parte da entrevistada, tanto em função de ter sido contemplada pelos programas de transferência de renda “Renda Cidadã” e “Bolsa Família” (observe, a esse respeito, “a avaliação” *mas graças a Deus que agora a gente já tem esse dinheirinho aí né?* (linha 28)), quanto em função de ter sido incluída em um programa municipal de construção de moradias populares (observe as avaliações *então não era aquela casa grandona não mas graças a deus né? a gente tem que agradecer a Deus que Deus deu um cantinho pra gente tá entendendo?* (linhas 40 a 42); *eu agradeço a Deus que nem as pessoas falam “muito pequeno” eu falei não*” (linhas 47 a 48); *“não quero casa grandona” mas a gente né pede pra Deus que não é uma coisa grandona né? tem que pedir uma coisa menor* (linhas 53a 54); e *desde que você tá dentro de uma casa de um cobertinho você tem que agradecer a Deus* (linhas 56 a 57), além das “ações complicadoras” *tanto que eu pedia pra Deus tá entendendo? tanto que eu pedia pra Deus* (linhas 50 a 51) e da “coda avaliativa” *mas graças a Deus que aqui né? Tá bem graças a Deus* (linhas 63 a 64).

De acordo com Sarti (2011), para os trabalhadores pobres, a ética das relações de trabalho e dos processos de “dar” e “receber”, em seu valor moral, não pode ser compreendida fora da intermediação do sobrenatural, sendo Deus o grande pai e provedor. De acordo com a autora, isso também significa

privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, de onde decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas. Este universo moral é constituído por uma cadeia de relações sociais, intermediadas pela ordem da natureza e do sobrenatural, fazendo com que a reciprocidade que o ordena, tal como a definiu Marcel Mauss (1974), enquanto um sistema constituído por três obrigações fundamentais – dar, receber e retribuir – não seja imediata. O dar e o receber, no universo simbólico dos pobres, envolvem a vida dos indivíduos em sua totalidade, constituindo o que Mauss chamou de sistema de prestações totais. Deus aparece como a entidade moral que comanda o mundo, restaurando a justiça numa ordem injusta (*Deus provê e Deus castiga<sup>11</sup>*) e a igualdade num mundo desigual (*Somos todos filhos de Deus<sup>12</sup>*) (...) (SARTI, 2011, p. 139)

Ademais, ainda de acordo com a autora, para os trabalhadores pobres, o ato de receber é compreendido como a contrapartida do ato de dar, e, dessa maneira, quando se recebe, é necessário retribuir. Conforme aponta Suplicy (2002, p. 144) “há certa dificuldade em se aceitar que alguém possa receber uma renda que não seja proveniente do trabalho”. Nesse sentido, através do seu trabalho, o pobre dá o que tem: a disposição de trabalhar (observe, a esse respeito, as linhas 1 a 2), entendida como dádiva divina. Assim, o trabalho é concebido como um valor moral e percebido em termos relacionais: o trabalhador *dá*, trabalhando, para aqueles que estão em extratos sociais superiores, e *recebe* ganhando o seu salário, de maneira ser moralmente legítimo receber apenas quando se dá. Quando esse círculo é quebrado – no caso da articulação do trabalho com o desemprego –

<sup>11</sup> Grifos da autora.

<sup>12</sup> Idem à nota anterior.

ocorre uma reelaboração do sentido de dar sem receber, co-existindo com a primeira articulação: “afinal, se o trabalho lhes é negado, de algum lado hão de vir os recursos para viverem” (SARTI, 2011, p. 111), o que torna legítimo tanto o benefício social quanto a própria esmola.

É assentada nessa lógica que a entrevistada, no quadro 4 (“Excerto da entrevista com Fernanda”), refuta o discurso circulante caracterizado por atrelar ao benefício social, a alcunha de “desperdício de dinheiro público” e, por conseguinte, a associação entre “pobreza” e “preguiça” (observe, a esse respeito, o excerto o *que eu mais escuto as pessoas debochando dessa parte “é esse povo aí ó não quer saber de nada da vida porque é beneficiado pelo governo” é desse jeito mas ninguém vem falar pra você “eu te dou um emprego pra te ajudar . eu te dou uma carteira assinada” porque se você também tem uma carteira assinada você não fica dependendo do governo*):

(4)

001	Fernanda	o que eu mais escuto as pessoas debochando dessa parte “é esse povo aí ó não quer saber de nada da vida porque é beneficiado pelo <u>governo</u> ” é desse jeito mas ninguém vem falar pra você “eu te dou um <u>emprego</u> pra te ajudar . eu te dou uma carteira <u>assinada</u> ” porque se você também tem uma carteira assinada você não fica dependendo do <u>governo</u>
002		
003		
004		
005		
006		
007	Fábio	é
008	Fernanda	porque o benefício cai eu sei porque aconteceu isso comigo quando eu morava em rio preto eu tinha minha carteira registrada então eu não recebia nada do governo . depois que eu não tive mais minha carteira mais registrada coisa que tá DIFÍCIL pra você conseguir hoje em dia um <u>em- prego registrado</u> então é nas faxinas que você vai e graças a deus tem esse benefício porque emprego mesmo
009		
010		
011		
012		
013		
014		

QUADRO 4 – Excerto da entrevista com Fernanda

Fonte: Elaborado pelo autor

A perspectiva mencionada no parágrafo anterior continua a sustentar o ponto argumentativo assumido pela enunciadora na narrativa breve desenvolvida entre as linhas 8 a 14: na verdade o “sumário” o *benefício cai eu sei porque aconteceu isso comigo*, a “orientação” *quando eu morava em rio preto* e as “ações complicadoras” *eu tinha minha carteira registrada então eu não recebia nada do governo, depois que eu não tive mais minha carteira mais registrada (...) então é nas faxinas que você vai* e a “avaliação” *tá difícil pra você conseguir hoje em dia um emprego registrado*, retomam o fundamento da ética do trabalho para os pobres, a partir de obrigações morais (quando tinha emprego garantido por classes sociais superiores, com carteira assinada, não tinha o benefício; quando perde, considera-se legítimo tê-lo), segundo as quais os não-iguais, os que detêm riqueza, prestígio ou poder tem de dar a oportunidade de trabalho aos pobres, e os pobres têm que trabalhar. Se, no entanto, falta trabalho, “na cadeia de obrigações de dar, receber e retribuir, que não é imediata” “Deus, que é pai, provê, através da esmola (SARTI, 2011, p. 111) (observe a esse respeito a “coda avaliativa” *graças a deus tem esse benefício porque emprego mesmo*).

Quanto ao governo, sob essa perspectiva, assume-se que “não deve dar nada, mas têm a obrigação de retribuir os impostos pagos, através dos serviços públicos” (p. 108). É sob essa ótica que podemos

compreender os excertos avaliativos *eu acho que é um direito nosso, porque que a gente não pode ter o direito do nosso sendo que não é roubado eu pago e ele não vem de graça pra mim quando eu recebo eu não tenho que comprar alguma coisa ele não vai voltar não vai gerar pro governo de novo?* que antecedem a narrativa breve emergente a partir da linha 23, no quadro 5 (“Excerto da entrevista com Luíza”):

(5)

001 002	Luíza	tem muita gente que fala “é você <u>recebe</u> seu marido <u>trabalha</u> você pode muito bem trabalhar que você é <u>nova</u> ”
003	Fábio	huhumm e o que você acha disso?
004 005	Luíza	eu eu eu acho um preconceito só que eu acho que ↑é um <u>direito nosso</u>
006	Fábio	huhumm
007	Luíza	não é? Porque a gente vê eles tanto <u>roubando</u> né?
008	Fábio	huhumm
009 010	Luíza	e porque que a gente não pode ter o direito do nosso sendo que não é roubado ↑EU PAGO
011	Fábio	huhumm
012 013 014	Luíza	ele não vem de graça pra mim quando eu recebo eu não tenho que <u>comprar</u> alguma coisa ele não vai <u>voltar</u> não vai <u>gerar</u> pro governo de novo?
015 016	Fábio	exatamente e como é:: tem alguma história assim sobre o benefício?
017	Luíza	ai::
018	Fábio	você conseguiu construir alguma <u>coisa</u>
019	Luíza	ai construir não mas eu compro é assim [várias ]
020 021 022	Fábio	[teve alguma] situação que ele fez a diferença pra você? você <u>lembra</u> ? possa me <u>contar</u>
023 024	Luíza	ai foi quando eu tava grávida dele o primeiro bebê o [benefício né?]
025	Fábio	[ahamm ]
026 027	Luíza	que eu <u>entrei</u> aí eu não tinha condições pra comprar quase <u>nada</u>
028	Fábio	ãmm
029 030		aí eu entrei aí foi na onde ajudou eu comprar o <u>enxoval</u> ajudou eu comprar o <u>carrinho</u>
031	Fábio	se não você não tinha tido °como°
032	Michele	não

QUADRO 5 – Excerto da entrevista com Luíza

Fonte: Elaborado pelo autor

No trecho destacado acima observamos duas performances divergentes sobre o benefício social, convivendo numa mesma estrutura discursiva: se, por um lado, a enunciadora refuta o discurso circulante caracterizado por atrelar ao benefício social a alcunha de “desperdício de dinheiro público” e, por conseguinte, a associação entre “pobreza” e “preguiça” (*tem muita gente que fala “é você recebe seu marido trabalha você pode muito bem trabalhar que você é nova”*), assumindo uma posição assentada em uma perspectiva de natureza “progressista/distributivista” amparada na compreensão da assistência social enquanto “direito” (*eu acho que é um direito nosso não é? e porque que a gente não pode ter o direito do nosso sendo que não é roubado eu pago*), por outro lado há que se destacar a performance do auxílio também como uma “ajuda”, o que se pode observar na “resolução” da

narrativa breve que se estabelece entre as linhas 29 a 30 (*eu entrei aí foi na onde ajudou eu comprar o enxoval ajudou eu comprar o carrinho*). Nesse sentido, a presente análise ratifica tanto a primeira generalidade apontada quanto a posição sustentada por Abritta (2011), de acordo com a qual “faz-se imprescindível também levar em conta o fato de que a cultura pode ser incoerente, ou seja, os interagentes podem fazer emergir em suas falas visões divergentes sobre um mesmo fato, enquadrando-os, por exemplo, ora como favor, ora como direito” (p. 59).

Ademais, a argumentação elaborada pela entrevistada em favor da defesa de seu direito de beneficiária, assentada na premissa de acordo com a qual que “eles roubam” (*eu acho que é um direito nosso não é porque a gente vê eles tanto roubando né? E porque que a gente não pode ter o direito do nosso sendo que não é roubado eu pago*) sustenta o que Da Matta (1986) chama de “descompasso”, no Brasil, entre norma e realidade: de acordo com o autor, “no Brasil, ter-se-ia que “entre o ‘pode’ e o ‘não pode’ [da lei], escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do ‘pode’ com o ‘não pode’” (p. 99). Nesse sentido, na visão do autor, quando o sistema legal não atende ao que pede a realidade social, então, o brasileiro dá um jeitinho de burlar a lei e criar uma solução prática original que atenda a seus objetivos. “Dessa forma, no Brasil, ter-se-ia uma lei que estabelece o que pode e o que não pode, mas que, em situações concretas, se deparará com uma realidade que admite o pode-e-não-pode, ou seja, a exceção à regra” (p. 50). Trata-se do “jeito” (p.100), “um modo ou estilo de realizar” (p.99), um procedimento utilizado para alcançar um favor ou até mesmo um ato que contrarie frontalmente a lei.

## 5. Considerações Finais

Adotando como pressuposto teórico o quadro oferecido pela Análise da Narrativa, inscrito no âmbito da mirada socioconstrucionista assumida pela Linguística Aplicada Crítica contemporânea e evocando, portanto, o mesmo compromisso desta área de conhecimento com a construção do conhecimento atrelado à denúncia de práticas sociais injustas e à transformação dessas práticas, o presente trabalho analisou e descreveu narrativas negras, pobres, atendidas por programas socioassistenciais, buscando observar as maneiras pelas quais essas mulheres constroem suas identidades e operam discursivamente com determinados aspectos normativos instituídos socialmente acerca do atravessamento “classe social” (em articulação com outros atravessamentos, como “gênero”), particularmente as categorias pelas quais essas mulheres performam, organizam e interpretam discursivamente suas condições de beneficiárias de programa de transferência de renda, estabelecendo relações com o contexto macro-social. Nesse sentido, avaliamos as maneiras pelas quais os estereótipos acerca dessa condição em que se encontram foram aceitos ou rejeitados pelas narradoras, e as maneiras pelas quais elas operaram com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade, tais quais os que associam “pobreza” à “preguiça” e, portanto, “superação da pobreza”

a “esforço meritocrático individual” e “benefício social” à alcunha de “desperdício de dinheiro público”, por um lado, e “benefício social como direito e garantia de cidadania”, por outro lado.

Nesse contexto, ao se propor realizar uma atividade de “escuta” e “ouvir-se escutando” um grupo historicamente silenciado, o presente trabalho buscou ecoar uma posição fulcral assumida pelo feminismo negro contemporâneo, propriamente a importância de proporcionar espaços de escuta para que as mulheres negras auto-definam suas condições de vida, o que é entendido como estratégia de enfrentamento à visão colonial, atrelada à normatização hegemônica estabelecida pelos grupos privilegiados.

No que tange à estruturação das narrativas analisadas, podemos afirmar, em primeiro lugar, que retomando a proposta “canônica” de análise de narrativa elaborada por Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972), e em especial as propostas ditas “não canônicas”, sobretudo aquela apresentada por Linde (1993, 1997), os resultados ratificaram a associação geralmente estabelecida entre “avaliação” e dimensão moral da narrativa, uma vez que foram justamente nos momentos avaliativos que emergiram a maior parte das crenças, valores, afiliações e posicionamentos assumidos pelas narradoras, sustentando ou operando fissuras sobre as normas de “classe social” e “gênero” vigentes.

Em segundo lugar, faz-se imprescindível destacarmos que, em praticamente todos os casos, lidamos, na análise apresentada por este artigo, com a performance de narrativas não-canônicas, sobretudo “narrativas breves” (cf. BAMBERG e GEORGAKOPOULOU, 2008), o que se evidenciou como uma generalidade da pesquisa em questão. Ecoando a posição sustentada por autores como Bamberg e Georgakoupoulou (2008), Schiffrin (1990) e Shi-Xu (2000), essas narrativas cumpriram sobretudo um trabalho retórico, elaborado para apoiar um determinado ponto argumentativo (especialmente aquele de acordo com o qual o benefício se constitui em uma “ajuda valiosa”). Nesse sentido, o ato de se recontar uma experiência vivida apresentou-se com o propósito de argumentar em favor de uma determinada opinião, permitindo ao falante jogar com fatos que são enquadrados dentro de uma realidade reportada, contextualizando sua própria posição e moldando um frame interpretativo para a opinião em questão, amparada na coletividade cultural, aqui empregada como base de realidade. Nos termos da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), esses argumentos constituem-se naqueles baseados na “estrutura do real”, fundamentando a estruturação do real pelo recurso ao “caso particular” – no caso, “a argumentação pelo exemplo” (Cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

De uma forma mais geral – e, portanto, mais atrelada ao contexto “macro” – podemos apontar que o grande sistema de coerência (cf. LINDE, 1993) que governou as narrativas em questão, a grande crença do senso comum que determinou relações entre muitos elos (sequenciais e causais) dos elementos das narrativas observadas foi, praticamente em uníssono, a compreensão do benefício social como uma “ajuda” – e, por vezes, até como “dádiva”. Essa compreensão, que se apresentou como uma das generalidades apontadas por esta pesquisa, não corresponde propriamente a uma concepção do benefício social como um “favor” prestado pelas instâncias governamentais em relação às beneficiárias, mas indubitavelmente está muito mais próximo disso que a um entendimento do benefício social enquanto um direito propriamente dito, garantido pelo Estado Brasileiro, do qual são destinatárias.

De qualquer maneira, como pano de fundo, observamos o que Sarti (2011) denomina “código de honra do ‘dar’ e ‘receber’”, o qual se sobrepõe, nos termos da autora, ao entendimento dos direitos universais de cidadania. De acordo com Sarti (2011), esse código moral articula todo o sentido do universo social para os pobres, retraduzindo essa relação do mundo social em termos de obrigações morais que orienta suas ações em qualquer plano da vida social. Sob essa ótica, considerando a reciprocidade como fundamento da ordem social – um traço estrutural da formação histórica brasileira – estabelece-se, no caso dos excertos analisados, um universo de obrigações morais centrado no seguinte fundamento: quando se tem emprego, não é legítimo receber nada; quando, no entanto, não se tem emprego ou ele não garante a plenitude das necessidades, torna-se legítimo receber sem retribuir. Nesse sentido, o benefício social complementa o valor do trabalho (*ajuda*), pois, na ausência da totalidade dos recursos para a sobrevivência, de algum lado esses recursos hão de vir, evocando o grande sistema de coerência guiado pela virtude católica/medieval da caridade. É exatamente desse código moral que deriva a avaliação do mundo social com base em critérios pessoais – a *personalização* a que fizemos referência no corpo da análise – e a dificuldade de se estabelecer critérios gerais universalistas. Sem dúvida alguma, essa construção passa por uma elaboração do universo social brasileiro “onde as relações capitalistas se entrecruzam com traços escravagistas e clientelistas” (SARTI, 2011, p. 39) e se constituiu como uma outra generalidade decorrente da análise empreendida por esta pesquisa.

Nesse sentido, o que interessa particularmente para se entender como se forjou a autoimagem e o próprio entendimento de suas condições por parte dessas beneficiárias de programas de transferência de renda, trabalhadoras negras e pobres do Brasil, é ressaltar a articulação da ordem capitalista à ordem escravocrata do trabalho, o que vem sendo reiteradamente descrito como marcas da formação histórica da sociedade brasileira, desde Freyre (1980), passando por Holanda (2007) e pelos trabalhos de Roberto da Matta (1986, 1997), o qual formulou esta questão como o “dilema brasileiro”. A esse respeito Cunha (1985), ao analisar as dimensões ideológicas da alforria no Brasil, afirma que “o paternalismo que Gilberto Freyre descreveu, e que foi tão contestado posteriormente, teve uma existência real e até crucial. O que evidencia, porém, não é a benignidade da escravidão no Brasil, mas a forma brasileira, feita de favores, lealdades pessoais, clientelismos, de constituição de camadas dependentes” (p. 11). De acordo com a autora, embora tenha havido uma política de alforria, essa política se assentou em um sistema de convivências paternalistas, sendo um processo de caráter eminentemente privado e, por conseguinte, pessoalizado.

Afinal, conforme bem pontua Sarti (2011, p. 142-143)

Nos meandros destes caminhos paradoxais que constituem a realidade deste país, com a qual é preciso lidar para modificá-la, pode-se entender a sociedade brasileira pelo lado de dentro, interpretando sem a lamentação de que este país não é como “deveria ser”. Os valores “tradicionais” persistem não porque “ainda não chegamos lá”, mas porque eles têm um sentido estrutural numa sociedade onde a esfera pública não atua de forma a substituir o padrão de relações personalizadas, numa sociedade, enfim, onde a casa está também na rua (Da Matta, 1978 e 1985). Não mais como dualismo, mas como uma retradução do mundo capitalista em termos das relações de reciprocidade, o que nem sequer se configura como dilema entre o moderno e o arcaico, porque estas duas ordens constituíram, em seu entrelaçamento, uma ambígua forma de ser.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v21i1.2025.R>

Resposta dos autores: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v21i1.2025.A>

## REFERÊNCIAS

ABRITTA, C. S. *A construção do acordo em relações de consumo: um estudo de audiências de conciliação*. Tese (Doutorado em Ciências em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. *Text & Talk*, v. 28, n. 3, p. 377-396, 2008.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópio*, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. Introdução: Entrevista, narrativa e pesquisa. In: BASTOS, L. C.; SANTOS, W. S. (orgs). *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, p. 9-18, 2013.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA*, v. 31, n. especial, p. 97-126, 2015.

BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BIAR, L. A.; “*Realmente as autoridades veio a me transformar nisso*”: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BIAR, L. A.; ORTON, N.; BASTOS, L. C. A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 21, n. 2, p. 231-251, 2021.

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.

COTTA, R. M. M.; GOMES, A. P.; MAIA, T. M.; MAGALHÃES, K. A.; MARQUES, E. S.; SIQUEIRA-BAPTISTA, R. Pobreza, Injustiça, e Desigualdade Social: repensando a formação de Profissionais de Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 31, n. 2, p. 278-286, 2007.

COUTO, B. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza Como um Fenômeno Multidimensional. *RAE - eletrônica*, v. 1, n. 2, julho-dezembro, p. 1-12, 2012.

CUNHA, M. C. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua bela volta à África*. São Paulo: Braziliense, 1985.

DA MATTA, R. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DA MATTA, R. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15-41, 2006.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, p. 45-65, 2006.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 20. ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio, 1980.

GEE, J. P. *An introduction to Discourse Analysis: theory and method*. London/New York: Routledge, 2005.

HABERMAS, J. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LABOV, W. *Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, p. 12-44, 1967.

LINDE, C. *Life stories. The creation of the coherence*. Nova York: Oxford University Press, 1993.

LINDE, C.; Evaluation as linguistic structure and social practice. In: GUNNARSSON, B. L.; LINELL, P.; NORDBERG, B. (Orgs.). *The construction of professional discourse*. Londres: Longman, p. 151-172, 1997.

LODER, L. L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Orgs.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, p. 127-160, 2008.

MAIOR, A. S. Trajetória da Transferência de Renda: considerações sobre o Programa Bolsa Família e Panorama atual na América Latina. 2010. p. 1-17. Disponível em <<http://goo.glesafe.com/?q=Trajet%C3%B3ria%20da%20Transfer%C3%Aancia%20de%20Renda:%20Considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20e%20Panorama%20atual%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20Aline%20Souto%20Maior>> Acesso em: maio 2021.

- MARTIN, J. N.; NAKAYAMA, T. K. *Intercultural communication in contexts*. Boston: McGraw Hill, 2007.
- MISHLER, E.G. The analysis of interview-narratives. In SARBIN, T. R. (org.). *Narrative Psychology*. The storied nature of human conduct. New York: Praeger, 1986.
- MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (orgs.). *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ipub, 2001.
- MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e neoliberalismo na América Latina. *Revista Praga*, São Paulo, n. 4, p. 31-33, 1997.
- ORTIZ, L. R. A.; CAMARGO, R. A. L. Breve histórico e dados para a análise do Programa Bolsa Família. II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e desenvolvimento Social. Disponível em <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisipedes2016/artigo-sippedes-bolsa-familia.pdf>. Acesso em maio de 2021.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PIKE, K. L. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. The Hague: Mouton, 1954.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- RIESSMAN, C. K. Analysis of personal narratives. In: GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, J. (Org.). *The handbook of interview research*. Oaks: SAGE, 2001. p. 695-710, 2008.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, Baltimore, v. 50, n 4, p. 696- 735, 1974.
- SARBIN, T. R. (Org.). *Narrative psychology: the storied nature of conduct*. New York: Praeger, 1986.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SHI-XU. Opinion discourse: investigating the paradoxical nature of the text and talk of opinions. *Research on Language and Social Interaction*, v. 33, n. 3, p. 263-289, 2000.
- SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. *A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPOSATI, A. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SUPLICY, E. M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.